

## Actual Crise política e financeira



Ministério das Finanças confirma ordem para avançar com medidas do PEC para 2011. Mas há duas dúvidas no caminho

# Governo em gestão aplica medidas de 2011 do PEC IV

**OE.** Sócrates comprometeu-se a avançar já com medidas de 2011 na UE, mesmo após o chumbo no PEC. Mas há duas previstas em que ainda não há decisão formal: um aumento extraordinário de preços dos transportes e o corte de centenas de cargos dirigentes na função pública

DAVID DINIS

O PEC IV pode ter sido chumbado pela oposição e o Governo usar esse facto como argumento para rejeitar ter legitimidade para negociar um pedido de ajuda externa. Mas há pelo menos uma parte desse PEC IV que avança já, mesmo com o Executivo em gestão: as medidas adicionais de consolidação previstas para este ano. Mas ainda tem duas incógnitas: um aumento extraordinário das tarifas dos transportes públicos e a redução dos cargos dirigentes da administração pública. A primeira tem maior impacto orçamental, tendo em conta até a situação delicada das empresas de transportes.

A norma geral, porém, é para avançar com a aplicação. Segundo apurou o DN, foi esse o compromisso assumido por José Sócrates no Conselho Europeu de 25 de Março: o PEC pode ter sido chum-

bado, mas as medidas deste ano avançavam, de todo o modo, como garantia de que o País, apesar da crise política, manteria o rumo de consolidação. Havia boas razões para tal compromisso. É que as medidas previstas no PEC IV para este ano tinham sido exigidas pela equipa do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia que esteve em Lisboa duas semanas antes para avaliar as contas portuguesas. E que decretou a necessidade de cortes extra, no valor de 0,8% do PIB.

No final do Conselho, no meio de uma enorme confusão mediática, Sócrates deixou cair a intenção: "Tive a oportunidade de dizer aos meus parceiros europeus que os objectivos orçamentais de 2011 estão completamente assegurados, já que todas as medidas previstas

são de redução da despesa e dependem apenas do Governo".

A promessa feita, porém, não é inteiramente fácil de cumprir. É que entre as várias medidas que o documento contemplava há algumas que podem dar dores de cabeça a um Executivo em gestão e à beira de eleições. Exemplo disso, precisamente a "atualização extraordinária das tarifas no sector dos transportes". Ontem, ao mesmo tempo que o Ministério das Finanças confirmou ao DN que as medidas do PEC IV para 2011 estão a avançar, o Ministério dos

Transportes não respondeu à pergunta específica sobre esta nova atualização de preços.

Outro exemplo de uma medida que está em dúvida é a "extinção, fusão ou externalização de estruturas administrativas, bem como

supressão de 991 cargos dirigentes superiores, intermediários e equiparados, correspondendo a 15% do seu universo global." Segundo apurou o DN, o curto impacto orçamental pode dar espaço ao Executivo para adiar a sua concretização para o pós-eleições. Há outras matérias cuja indicação não é segura, como uma nova lei do jogo ou a atribuição das licenças de quarta geração móvel.

Contas feitas, se algumas destas medidas não forem aplicadas já, o próximo Governo terá uma factura extra para pagar. Mais ainda se for confirmada a decisão do Governo de gestão de não aplicar as portagens nas quatro Scut restantes a 15 de Abril. Neste último caso, são pelo menos 80 milhões de receita que não entram. Nas outras, o impacto não chegará a 0,1% do PIB — mas com o tempo a esgotar-se para cumprir o objectivo de 4,6% de défice.

A andar estão, de todo o modo,

### MEDIDAS PARA 2011

#### Em estudo pelo Governo

##### PREÇOS DE TRANSPORTES

► **Aumento intercalar** estava incluído no PEC IV já para este ano, com que Sócrates se comprometeu. Não estará ainda decidido.

##### CORTES NAS CHEFIAS

► **Função pública** deveria ter menos 991 cargos dirigentes superiores. Pode ser adiado.

##### SCUT

► **No OE 2011** está prevista receita, mas há quatro em análise.

#### No PEC IV já a avançar

##### CORTES ADICIONAIS

► **Empresas públicas**, institutos e fundações vão ter tectos de gastos ou cativações adicionais.

##### INVESTIMENTOS

► **Recalendarização** de obras em escolas ou em estradas.

##### PORTARIAS

► **Medicamentos** sem aumentos e estágios com mais descontos.

#### Sem ordem para avançar



##### CONCERTAÇÃO SOCIAL

► **Leis laborais** acertadas em concertação estão paradas.

##### REFORMAS DO PEC IV

► **No documento** previam-se leis na justiça, no arrendamento, etc.. Algumas para este ano. Travadas

##### PEDIDO DE AJUDA

► **Governo** recusa negociar por ser contra e não ter "legitimidade".

os cortes adicionais de despesa. Nas empresas públicas (fixação de tectos para gastos), nos medicamentos (limitação aos preços e comparticipações), novas cativações nos institutos e nas fundações, recalendarização de investimentos na rede escolar e nas estradas, venda de património ou o aumento das contribuições de estagiários para a Segurança Social.

No Parlamento, amanhã, há outra "promessa" feita em Bruxelas que pode fazer caminho: a nova lei de enquadramento orçamental, que deve incluir uma regra de autolimitação orçamental. Ontem, o deputado do PSD Paulo Mota Pinto deu o "aval" à nova lei: "O Governo, na proposta de Lei de Enquadramento Orçamental, aceitou a consagração desta regra para o défice", legislando "que o saldo estrutural não pode ser inferior ao objectivo de médio prazo que é agora de 0,5%. Espero que seja aprovada". com Luís Reis Ribeiro